



ATA DA 2ª REUNIÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e quinze no Salão Nobre da Câmara Municipal de Melgaço, sito no Edifício dos Paços do Concelho, em Melgaço, pelas dezassete horas e quarenta cinco minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Agradeceu o acolhimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço.--

--- O Senhor Presidente da Mesa verificou as seguintes substituições: o membro José Augusto de Brito Pacheco (PS Paredes de Coura) justificou a sua falta e foi substituído por Rosalina Maria Barbosa Martins; o membro Alípio Gonçalves de Matos (PSD Ponte de Lima) justificou a sua falta e foi substituído por António da Silva Pereira de Melo. -----

--- Não estiveram presentes os membros: Luís Manuel de Miranda Palma (PS Viana do Castelo); Eduardo Jorge do Paço Viana (PSD Viana do Castelo); Francisco José da Cunha Reis Lima (PSD Melgaço); Salvato Vila Verde Pires Trigo (CDS-PP Ponte de Lima). O membro Mário Duarte da Cunha Ventura (CDS-PP Arcos de Valdevez) comunicou a sua impossibilidade em estar presente por motivo de doença.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à leitura da Ordem de Trabalhos, proposta, em convocatória, para esta reunião: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1 - Apreciação e votação da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2015 da Assembleia Intermunicipal, realizada em 27 de abril de 2015. -----

1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.-----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1 - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal;-----

2.2 – Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2016 (artº. 84º alínea b) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro);-----

2.2.1 Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2016;-----



2.2.2 Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados;-----

2.2.3 Mapa de Pessoal;-----

2.2.4 Empréstimos a curto prazo.-----

2.3 – Alterações ao Orçamento

3- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

--- O Senhor Presidente iniciou a sessão com a leitura de uma comunicação: “Nos termos e para os efeitos definidos na alínea d) do nº 2 do artº. 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro: “Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade, informação sobre a respetiva situação económica e financeira” remeto a V. Ex^{as} o Relatório com referência ao período findo em 30 de junho de 2015”, documento remetido anteriormente a todos os membros por mail.(Doc.10/2015) -----

--- O Senhor Presidente inicia a Ordem de Trabalhos da reunião com o “Período de Antes da Ordem do Dia” : -----

1.1 - Apreciação e votação da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2015, realizada em 27 de abril de 2015 da Assembleia Intermunicipal.-----

Abriu as inscrições para este ponto. Não tendo havido inscrições passou de imediato à votação deste ponto e registou-se a aprovação da ata com o total de 29 votos, com 27 votos a favor, 2 abstenções e 0 votos contra. -----

1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----

--- Pelo Senhor Presidente da Mesa foi aberto o período de inscrições para este ponto, e inscreveram-se os membros: Paulo Pimenta e Emília Cerqueira.-----

Paulo Pimenta – Cumprimenta toda a Assembleia, começando por referir que as eleições do passado dia 4 de outubro, traduziram de forma inequívoca a vontade dos portugueses, salientando que o que se decide em eleições legislativas são os de deputados de cada força política que elegem as maiorias parlamentares que se formam na Assembleia Municipal. A solução política que viabiliza o governo valoriza o pluralismo parlamentar, diversifica as alternativas ao dispor dos portugueses enriquecendo a nossa democracia. Referindo que o parlamento livremente eleito pelo povo é tão plural tanto quanto quem o escolheu, assim como numa eleição todos os votos contam, também contam todos os mandatos parlamentares quer para efeitos de representação quer para efeitos de governação. Tendo os resultados da última eleição ditado o fim da coligação PSD/CDS-PP, considerando não apenas uma derrota do governo mas também da política, interpretando que o povo português aspirava uma mudança de política. Uma condenação traduzida no voto que deu origem a tradução ao isolamento e derrota política, já antecipadamente inscrita pela luta dos trabalhadores e do povo português. Referindo



que PSD e CDS-PP viram recusada a sua ambição de maioria absoluta, tendo perdido as condições para prosseguir o seu rumo, resumindo que após quatro anos de governação o país se encontra num quadro de declínio económico, retrocesso social, dependência extrema e decadência do regime democrático que marcaram a realidade nacional tal e qual como se apresenta. Considerando um virar de páginas das políticas de austeridade e empobrecimento seguidas pelos partidos de direita. Considerando que na atual conjuntura política do país, tendo perdido a maioria absoluta também não foram capazes de criar condições de governação.-----

Refere que com a entrada em funções do governo socialista termina um momento político complexo, que através de um processo de diálogo político transparente e democrático, formou-se uma maioria estável que assegura na perspetiva da legislatura, um suporte parlamentar duradouro e um governo coerente. Em tempo de incertezas e enormes desafios para o nosso país, mas também para a Europa e para o mundo, não ignoram inúmeras dificuldades e restrições limitadores do leque de opções e condicionantes da ação governativa. Dando prioridade ao crescimento económico, criação de emprego, redução das desigualdades, permitindo em bases sãs e sustentáveis a consolidação orçamental e o equilíbrio das contas públicas. Sendo a todos exigido, um compromisso de diálogo para ser possível assegurar um governo coerente, estável e duradouro. Um governo que defenda o estado social e os serviços públicos, com destaque para a segurança social, educação e saúde, promovendo um combate à pobreza, às desigualdades sociais e económica, incentivando o investimento público e privado; iniciar um novo impulso para a convergência da Europa defendendo os interesses nacionais, criando um tempo novo para Portugal e para os portugueses. Tendo os portugueses o direito de serem felizes em Portugal.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa passa a palavra ao membro, Maria Emília Cerqueira.-----

Emília Cerqueira – Agradece a receção em Melgaço, cumprimentando toda a Assembleia. Reagindo ao ouvido, que refere como tentativa de branqueamento os últimos acontecimentos, classificando como ato de coragem e falta de ética política. Considerando legal mas eticamente incorreto. Considerando o resultado eleitoral, falando em vencedores e nos grandes derrotados nas eleições. Que relembra ser há uns tempos atrás a preocupação o tamanho da maioria absoluta e que os portugueses apesar das medidas de austeridade têm memória, salientando que as políticas do memorando da troika foram todas negociadas e comprometidas com o partido socialista. Refere uma coligação de derrotados, sendo o Partido Socialista o maior derrotado. Refere ter sido o Alto Minho reflexo do resultado, grande vitória eleitoral foi a derrota em nove dos dez concelhos deste Distrito. Abordando a ética, num estado de direito material, tendo sido eleitos deputados mas passando a ideia de que as pessoas votam na consciência e em esperança de quem vão eleger para Primeiro-ministro, não tendo, grande parte dos



portuguesas consciência de que formalmente não é assim, não tendo sido a escolha do Partido Socialista para governar o país. Refere a recusa do Partido Socialista em celebrar o 25 de novembro – Dia da implementação de um estado de direito e da democracia. Recordando que o povo é soberano e saberá no futuro em quem votar.-----

--- O Senhor Presidente cede a palavra ao membro, José António Nogueira.-----

José António Nogueira – Como membro do grupo intermunicipal socialista manifesta um sentimento desfavorável ao escutado. Apresentando algumas questões e afirmações quanto ao referido no discurso anterior, referindo que se trata da eleição de deputados e não de um Primeiro-ministro e nas diferenças que definem os dois partidos, PSD e PS, voltados estes últimos para as pessoas, para o emprego e em fomentar o desenvolvimento, harmonia e paz. Considerando que o PSD teve uma derrota estrondosa não a aceitando. Reforça ser o presente governo socialista, apenas com apoio dos partidos mais à esquerda, no seguimento de acordos de consenso, sendo o lema – Construir Portugal.-----

--- De seguida é cedida a palavra ao membro, João Castro, que a solicitou anteriormente, defesa de honra.-----

João Castro – Cumprimenta toda a assembleia. Apresenta a sua defesa de honra, com uma questão “Disseram aos portugueses que se perdessem as eleições, coligavam-se com os restantes partidos da esquerda?”.-----

--- O Senhor Presidente cede novamente a palavra á membro, Emília Cerqueira.-----

Emília Cerqueira – Entende não ter ofendido ninguém, apenas opiniões diferentes num país com liberdade de expressão. Insiste em não concordar com acordos duvidosos.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa cede a palavra ao membro, Augusto Vilas.-----

Augusto Vilas – Cumprimenta a assembleia, fazendo apenas defesa da honra da Assembleia Municipal de Valença, referindo ter sido proferido pelo orador do PS de Valença, membro José Nogueira, estar habituado a que lhe fosse retirada a palavra, afirmando que enquanto presidente da mesma Assembleia, nunca tal se verificou.-----

--- O Senhor Presidente passa ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: Período da Ordem do Dia: **2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal** apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal. É cedida a palavra ao Senhor José Maria Costa.-----

José Maria Costa – Cumprimentando toda a Assembleia agradece também a receção no município de Melgaço. Felicita os membros desta assembleia eleitos deputados à Assembleia da República, desejando um bom trabalho, com o contributo também, a nível intermunicipal.-----

--- No que respeita á atividade da Comunidade Intermunicipal, refere, nos últimos tempos, uma atividade muito intensa de negociação e de articulação relativamente à preparação do novo quadro comunitário, que tardiamente começa a surgir com algumas imprecisões e também o



fecho do atual quadro comunitário – QREN, tendo sido apresentadas algumas propostas, que tardiamente foram aprovadas o que tem causado alguma perturbação, pois a focagem deveria ser para uma nova estratégia, estando a perder-se algum tempo com a consolidação de alguns projetos do quadro anterior.-----

O programa com maior intervenção por parte da Comunidade Intermunicipal – PTD (Plano Territorial de Desenvolvimento) “Pacto de Coesão 2014-2020”, procurando consolidar toda a intervenção, surgindo alguns problemas, no que respeita ao mecanismo de base para atribuição de verbas específicas para cada uma das áreas sub-regionais, colocando a CIM do Alto Minho num índice de desenvolvimento sintético, que dá um patamar superior de desenvolvimento prejudicando-nos na atribuição de verbas, ficando registado para ser corrigido o mais rápido possível, tentando renegociar agora com o novo governo. As dificuldades sentidas foram abordadas na última reunião da Comissão de Acompanhamento, na área da contratualização, enquanto se esperava que na fase final da contratualização estivessem ultrapassadas questões relacionadas com as metas e objetivos que se pretende atingir com os instrumentos financeiros, surge a confrontação com dúvidas em áreas que são importantes para este território, não existindo, até ao momento, uma certeza do que vai ser realmente aprovado, apontando como exemplo – o caso das escolas (o mapeamento dos equipamentos educativos) porque não existe a aferição de aprovação, nem se serão feitos pelos municípios, como tomadores dos projetos, ou parcialmente pela parque escolar, se terá alguma intervenção. Outro aspeto importante, o adiamento, pela não concordância, como se sabe, pela necessidade de todos os mapeamentos em ter concordância da administração central, da autoridade de gestão e das entidades intermunicipais não existindo ainda a concordância por algumas comunidades intermunicipais no mapeamento da área da cultura o que aumenta o atraso das aprovações e ainda uma não concordância no setor dos equipamentos de saúde, que embora não tendo uma intervenção direta dos municípios não deixam de ter repercussão no território.-----

Refere ainda outro setor importante – da eficiência energética, em que se detém uma certa capacidade de investimento, informando da existência de uma questão de fundo, ainda por resolver, referindo a sua presença e do Primeiro-Secretário da CIM do Alto Minho numa reunião da Comissão de Acompanhamento do “Portugal 2020”, realizada no LNEC com a presença da Comissão Europeia, tendo sido abordado o assunto, porque no Programa Operacional de Sustentabilidade e Recursos, existem limitações que dificultam o acesso a financiamentos, nomeadamente na eficiência energética de edifícios ou de equipamentos, que obrigam a subir dois patamares nos níveis de eficiência. Foi feita pela CIM uma avaliação com uma Agência Nacional ligada à energia, para resolver a afetação de alguns equipamentos dos municípios da CIM, ao novo domínio, tendo sido verificado, que na maioria dos casos, não seria possível



atingir-se os dois patamares, sendo este um problema do nosso território, transversal a todo o país. Questionando-se a alocação de indicadores do ponto de vista da eficiência energética, uma parte para equipamentos e outra a denominada “iluminação pública”, tendo a parte dos equipamentos mais verba disponível que a da iluminação, correndo-se o risco, se não se atingirem, na globalidade, os indicadores no final da programação implicar o acesso ao reforço de eficiência nas candidaturas. Problema este, sentido por vários municípios e entidades estando a condicionar o acesso a financiamentos, que embora tenham verbas disponíveis não se poderá aceder se não se atingirem os dois patamares, demonstrando assim as dificuldades sentidas, estando todos os municípios a sentir esta imprevisibilidade afetando o orçamento comum da CIM mas também no orçamento de cada um dos municípios aumentando estas indefinições, algumas dificuldades.-----

Outros projetos importantes, que a CIM está articulada prende-se com a DLBC Costeira Litoral Norte que dá sequência ao Gabinete de Ação Local, ainda em fase de aprovação, em face de uma reclamação, da área de Lisboa, ainda não decidida; e a aprovação de uma candidatura da mobilidade urbana, em desenvolvimento. Nos domínios do INTERREG, no PROVERE e nas denominadas Ações Coletivas com incentivos em ações coletivas, está a ser feito um trabalho conjunto para apresentação de candidaturas, em diversos domínios, sendo o PROVERE – Minho IN 2.0, projeto que envolve três CIM's (Alto Minho, Ave e Cávado), neste momento uma preocupação, já apresentada numa reunião e que envolve produtos endógenos, promoção do turismo e outras atividades ligadas à Enogastronomia, sendo o prazo para identificação desta candidatura até fins de janeiro de 2016. Existindo uma dificuldade acrescida, de acordo com o regulamento e aviso aprovado, exigindo uma identificação de todos os investimentos públicos e ainda de todos os investimentos privados, nas áreas das três CIM's, sendo esta fase temporal um pouco atípica para reuniões, resultando apenas um mês para a identificação das ações, sendo um trabalho complicado, tendo já sido solicitado o adiamento, por mais um mês, do aviso, na expectativa de não se correr o risco de algum investimento não ter acesso à informação e não se poder inscrever. Preparação de ações coletivas com fecho de programa do QREN para o próximo quadro comunitário – Alto Minho INVEST – atração a Viana do Castelo e ao distrito de um conjunto de Embaixadores e Câmaras de Comércio para divulgação e promoção da internacionalização de produtos e turismo, procurando também formulas de promover estudos e ações de mercado para áreas potenciais; em resumo tem estado a ser elaborado, nos últimos tempos, trabalhos de preparação, de ação e de articulação procurando identificar ações mais atrativas a futuros investimentos.-----

Por fim, refere que a CIM do Alto Minho vai receber, no dia 7 de dezembro, em Bruxelas, a Certificação do Turismo Sustentável, tendo sido também um trabalho desenvolvido no âmbito da



CIM, num Seminário anual, que promove com a Comissão Europeia. O Alto Minho vai ser distinguido, sendo uma mais-valia, demonstrando que é uma aposta do que fazem os municípios: Turismo da Natureza, Turismo Sustentável e do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

--- O Senhor Presidente da Mesa agradece a intervenção do Senhor Presidente da CIM, questionando a Assembleia se pretende apresentar alguma questão.-----

--- Não se inscrevendo nenhum membro, o Senhor Presidente passa para o ponto **2.2.**

Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2016 (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro); **2.2.1 – Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2016**, é cedida a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Refere que o documento: Plano de Atividades e Orçamento de 2016 está relacionado com o que foi referido anteriormente, sendo um orçamento e um plano de atividades com perspetivas que permitam o desenvolvimento de um conjunto de ações de acordo com a estratégia estabelecida; as áreas de intervenção do Pacto de Desenvolvimento Territorial; a DLBC Costeira e o PROVERE que se prevê ser um projeto estruturante. A dificuldade sentida prende-se com a incapacidade de poder afetar, neste momento, as verbas a cada uma das ações. O ideal seria a aprovação das candidaturas ou em fase de aprovação com conhecimento dos montantes afetos a cada uma das áreas. Foram identificados um conjunto de ações, com a definição da estratégia de uma forma clara, dando continuidade ao trabalho das grandes áreas de ação: como a qualificação, a modernização e racionalização dos serviços públicos – no domínio da transparência da administração pública; a modernização do sistema de proximidade, através do E-GOV e outras áreas colocadas no Pacto de Desenvolvimento Territorial, salientando um trabalho importante ao nível da modernização e racionalização da eficiência energética, ultrapassando as dificuldades já referidas, tentando reduzir a fatura energética, referindo ainda a fase final da execução do programa aprovado pelo POVTE – Eficiência Energética e os produtos locais – endógenos: turismo; cluster do mar; fatores transversais da competitividade identificados na área da economia regional. Refere ainda um conjunto de ações de capacitação e qualificação de recursos, quer em parceria com outras instituições e associações de desenvolvimento regional, quer com o Instituto Politécnico e outras instituições de âmbito local. O plano de atividades baseia-se nas candidaturas apresentadas no âmbito do PDCT e o que se última para as candidaturas do PROVERE. Outras áreas, e de acordo com o programa do novo governo, nomeadamente água e saneamento e transportes, matéria relevante para nesta CIM pela intenção de possuir, a nível intermunicipal uma rede que melhor sirva as populações, no que respeita a transporte públicos; assim como áreas no domínio da ação social, aguardando perceber algumas das rubricas do PDCT (combate ao insucesso escolar) se serão verbas a afetar a programas do municípios ou para financiamento de ações previstas no âmbito



da contratualização. O que está no Plano de Atividades e Orçamento são as grandes rubricas de ações aguardando a oportunidade de concretização. -----

Disponibiliza-se para o esclarecimento de alguma questão que tenha surgido.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do documento apresentado. Inscreve-se o membro, Maria João Abreu.-----

Maria João Abreu - Cumprimenta toda a assembleia e felicita os membros desta assembleia, eleitos deputados da Assembleia da República, referindo o novo parlamento como valorização da diversificação de opções ao dispor dos portugueses, enriquecendo a democracia portuguesa. Aborda também a elaboração do plano de atividades e orçamento da CIM, sem alheação das dificuldades sentidas nos últimos tempos em Portugal e incertezas adjacentes. Comunica que o grupo do partido socialista votará favoravelmente o plano apresentado, com alicerces em linhas estratégicas e aprovadas com o Plano Estratégico da CIM, tempo de devolver na centralidade às pessoas, ao mar, ao território e à modernização administrativa de acordo com a previsão do plano de atividades da CIM assim como o seu Plano Estratégico. Evidencia o facto desta CIM ser modelo, com base na discussão, construção, pensamento e execução.-----

--- O Senhor Presidente refere ter esta intervenção desviado o assunto a ser eventualmente comentado nesta fase, cedendo a palavra, solicitada pela membro, Ana Palhares.-----

Ana Palhares – Cumprimenta toda a assembleia, comunica congratular-se com o Presidente desta CIM, que após a criação da nova Assembleia da República e através do novo governo, se poder deixar de ouvir, sistematicamente, falar das entropias do poder central como impedimento do desenvolvimento e de boas práticas, nomeadamente do Plano de Atividades.-----

---É solicitada a palavra pelo Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Referindo-se á primeira intervenção, refere o domínio das incertezas na elaboração do documento agora referido, justificando a inferioridade do orçamento de 2016, por não se poder afetar o que ainda não se conhece como financiamentos. No que respeita à segunda intervenção refere que, tendo esta assembleia um papel fiscalizador e de acompanhamento do trabalho intermunicipal é obrigação dar pleno conhecimento das dificuldades sentidas, referindo que de acordo com o abordado na reunião, já referida com a “Comissão de Acompanhamento”, dos dez programas nacionais apenas dois se encontram aprovados por “Bruxelas”, não podendo essa responsabilidade ser imputada à CIM do Alto Minho, que atempadamente apresentou a sua estratégia tendo sido elogiada, pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Castro de Almeida, como exemplar a nível nacional. Informando sobre a falta de conhecimento do modelo de governação, de programas de financiamento aprovados, programas de incentivos definidos o que justifica a apresentação das dificuldades sentidas.-----



--- O Senhor Presidente da mesa passa de imediato à votação, do documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 é aprovado por 32 votos a favor, 1 abstenção e 0 votos contra. (Doc.11/2015) -----

--- O Senhor Presidente passa á leitura íntegra da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa cede novamente a palavra ao Senhor Presidente da CIM para abordagem do ponto **2.2.2 – Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados.** -----

José Maria Costa – De acordo com o artº 44º as “contribuições financeiras” dos estatutos da CIM do Alto Minho, o valor das participações previstos para o ano de 2016, estão discriminados nos mapas do orçamento, distribuídas de forma igualitária por todos os municípios.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. Não havendo inscrições, passa de imediato à sua votação, tendo sido aprovado com 32 votos a favor 1 abstenção e 0 contra.-----

--- O Senhor Presidente passa á leitura da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc.12/2015)--

--- É solicitada a palavra pelo membro, José Carlos Resende.-----

José Carlos Resende – Propõe seja dado um voto de confiança à mesa, no sentido de serem aprovadas as deliberações, dando, a mesa, apenas alguma informação de alteração aprovada em relação ao texto da proposta e a votação. Propondo apenas a votação da minuta e não a sua leitura integral.-----

--- O Senhor Presidente refere a exigência de um dos membros, numa reunião anterior, que se efetuasse sempre a leitura das deliberações e minutas, não tendo na altura esta assembleia discordado do sugerido, assim cumpre o deliberado. Refere ainda que mediante o apresentado voto de confiança na mesa e se a assembleia não se opuser, poderá passar a fazer apenas um resumo das minutas.-----

--- É solicitada a palavra pelo membro, José Nogueira.-----

José Nogueira – Assume ter sido o membro que exigiu a leitura da ata, tendo proposto uma única ata e não o seu fracionamento. Solicitando apenas a votação.-----

--- É solicitada a palavra pelo membro, Emília Cerqueira.-----

Emília Cerqueira – Reafirma a confiança do grupo do PSD, na mesa, aqui multi-representada pelas várias forças partidárias a quem reconhecem toda a idoneidade.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa concede a palavra ao Senhor Presidente da CIM para abordagem do ponto **2.2.3 – Mapa de Pessoal.**-----



José Maria Costa – Nos termos do artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, e artº. 29º, nº 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, terá que ser aprovado pela assembleia o mapa de pessoal tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a sua execução, estando identificados os postos de trabalho no mapa de pessoal apresentado assim como a sua quantidade, devidamente identificada.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. Não havendo inscrições, passa de imediato à sua votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Quanto à minuta e no seguimento do abordado anteriormente, apresenta um pequeno resumo e propõe a sua aprovação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. (Doc. 13/2015)-----

--- O Senhor Presidente da Mesa concede a palavra ao Senhor Presidente da CIM para abordagem do ponto **2.2.4 – Empréstimos a curto prazo**.-----

José Maria Costa-- De acordo com a Lei, prevê-se que os empréstimos de curto prazo, propondo autorização para fazer o empréstimo no valor de 175.000 euros, à semelhança dos anos anteriores, para utilização apenas em caso de necessidade, por questões de Tesouraria, face à dependência dos fundos comunitários, que funcionará como mecanismo financeiro de apoio, à semelhança com o que se passa nas câmaras municipais.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. Inscreve-se o membro José Augusto Sousa.-----

José Augusto Sousa – Refere que a escolha da instituição – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, pelo que entende nos documentos apresentado, será pela taxa apresentada da Euribor a 6 meses, pois o proponente apresenta dois indexantes.-----

--- É concedida novamente a palavra ao Senhor Presidente.-----

José Maria Costa - Informa que por indicação do responsável administrativo e financeiro da CIM do Alto Minho, as propostas apresentadas são para instrução do processo sendo posteriormente efetuado o procedimento concursal, em caso de necessidade de efetuar empréstimo. -----

O Senhor Presidente da Mesa passa de imediato à sua votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.-----

--- O Senhor Presidente passa á leitura da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc.14/2014)--

--- O Senhor Presidente passa ao ponto **2.3 – Alterações ao orçamento** cede a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Refere as alterações inscritas no mapa apresentado, salientando o que respeita a instituições sem fins lucrativos, que contempla os prémios do concurso escolar “Lendas do Alto Minho” e reforço do programa “Leonardo Da Vinci” (bolsas de estudo), de



acordo com o apresentado. Referindo que estão claras as informações prestadas, de acordo com o solicitado em reuniões anteriores.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. Não havendo inscrições passa á votação deste ponto, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Passando á aprovação da minuta que propões as alterações orçamentais nos termos dos mapas apresentados. (Doc.15/2015) -----

--- O Senhor Presidente passa ao último ponto da Ordem de Trabalhos: **Período de Intervenção do Público**. Abre o período de inscrições não se tendo inscrito ninguém.-----

--- Por solicitação do Senhor Presidente da CIM é-lhe concedida a palavra.-----

José Maria Costa – Apresenta em nome de todo o Conselho Intermunicipal votos de boas festas e um ano cheio de boas oportunidades para todo o Alto Minho.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa, apresentou também, em nome da mesa, boas festas. Agradeceu e encerrou, pelas vinte horas e trinta minutos, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

Melgaço, 30 de novembro de 2015.-----

O Presidente da Assembleia

Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

A Vice-Presidente da Assembleia

Ana Maria Ribeiro Novo



O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Maria Virgínia Guedes do Rego